



**PROPOSTA DE ACORDO COLETIVO DE TRABALHO Amhemed  
2025/2026**

SUSCITANTE: SINDICATO DOS AUXILIARES E TÉCNICOS DE ENFERMAGEM TRAB EM ESTAB DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE SOROCABA E REGIÃO –

SINSAUDE SOROCABA, Entidade profissional, com sede na Rua Coronel Jose Prestes nº 113, Centro, Cep. 18.035-625 ,Sorocaba, SP, devidamente escrita no CNPJ nº/MF sob o nº 71.558.530/0001-06, por seu Presidente Milton Carlos Sanches, CPF nº 752.752.879-5.

SUSCITADO: Amhe Med Assistência a Saúde Ltda, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 29.174.910/0001-72, estabelecida nesta cidade de Sorocaba, SP, Rua Pedro José Senger, 230, Vila Haro. Por sua Diretora-Presidente Sra. Adriana Duarte Madia.

Pelo presente instrumento, as partes resolvem celebrar o presente Acordo Coletivo de Trabalho, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

**Cláusula 1ª – VIGÊNCIA E DATA-BASE**

O presente Acordo Coletivo de Trabalho terá vigência no período de 1º de Maio de 2025 a 30 de Abril de 2026, para as cláusulas econômicas e para as cláusulas sociais e a data-base da categoria fica fixada em 1º de Maio.

**Cláusula 2ª – ABRANGÊNCIA**

O presente Acordo Coletivo de Trabalho abrangerá os funcionários da Amhe-Med Assistência a saúde Ltda, (Matriz e Filiais estabelecidas na Base Territorial representada por este sindicato).

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTOS**

**Cláusula 3ª – SALÁRIO DE INGRESSO**

Aos empregados admitidos a partir de 1º de Maio de 2025 ficam estabelecidos os seguintes salários de ingresso, ressalvadas hipóteses mais benéficas, sendo que nenhum funcionário poderá receber salário inferior aos ora estabelecidos:

Auxiliar de enfermagem 220 horas	R\$ 2.642,58
Técnico de enfermagem 220 horas	R\$ 3.701,52
Piso Normativo (outras funções)	R\$ 1.780,08

**Parágrafo Primeiro** - Os valores previstos nesta cláusula serão reajustados na forma da legislação vigente ou de acordo com a política salarial de cada empregador, prevalecendo sempre o critério mais favorável ao empregado.

**Cláusula 4ª – REAJUSTE SALARIAL**

O reajuste salarial devido aos trabalhadores abrangidos por este Acordo Coletivo de Trabalho corresponderá ao percentual de 5,35% (cinco vírgula trinta e cinco por cento) a incidir sobre os salários de maio de 2025, a serem pagos a partir de 1º de maio de 2025. O pagamento retroativo será efetuado na folha de pagamento do mês de julho de 2025.



#### **Cláusula 5ª – PAGAMENTO DE SALÁRIOS**

O pagamento dos salários e demais verbas remuneratórias referentes ao vínculo empregatício será efetuado pelo empregador, em conta salário, cuja abertura é de responsabilidade do empregado, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.

**Parágrafo Único.** Se o vencimento dos prazos coincidir com domingos e feriados, o pagamento deverá ser antecipado para o dia útil imediatamente anterior.

#### **Cláusula 6ª – MULTA POR ATRASO DE PAGAMENTO**

O atraso no pagamento de salários e demais rendimentos do trabalhador acarretará multa fixa de 4% (quatro por cento) da remuneração habitual do funcionário, salvo em caso de força maior, tendo que haver justificativa do empregador e nos casos de atraso na abertura da conta salário.

**Parágrafo Único.** As penalidades da cláusula 6ª aplicam-se nos casos de atraso no pagamento da gratificação natalina, do abono de férias e de quaisquer outras espécies de remuneração percebida pelo empregado.

#### **Cláusula 7ª – COMPROVANTE DE PAGAMENTO**

Na data do pagamento os empregadores fornecerão aos empregados holerite ou envelopes de pagamento, contendo o nome do empregado, o período de competência e a discriminação das importâncias pagas e descontadas a qualquer título, destacando-se os rendimentos relativos às horas extras, aos adicionais e demais vantagens, às remunerações do trabalho nos dias de descanso obrigatório, bem como os depósitos do FGTS.

**Parágrafo Único.** Os holerites poderão, a critério do empregador, ser disponibilizados por meio eletrônico ou bancário, mas o empregador deverá fornecer cópia impressa aos empregados sempre que estes solicitarem.

#### **Cláusula 8ª – SALÁRIO-SUBSTITUIÇÃO**

Ao empregado que, em caráter não eventual, substituir outro com salário superior será garantido igual salário do substituído enquanto durar a substituição

#### **Cláusula 9ª – DESCONTO EM FOLHA E NAS VERBAS RESCISÓRIAS**

Desde que expressamente autorizados pelo empregado interessado, as empresas poderão realizar descontos integrais em folha de pagamento e nas verbas rescisórias relativos a convênios, empréstimos e outras parcelas, inclusive multas de trânsito e cursos, respeitados os limites legais.

**Parágrafo Primeiro.** Especialmente no que concerne ao contrato entre a empresa e a Instituição Financeira serão respeitadas as condições da Lei nº 10.820/2003, com a redação dada pela Lei nº 13.172/2015.

#### **Cláusula 10ª – DIÁRIAS E DESPESAS DE VIAGEM**

O empregado que viajar em virtude de trabalho ou de assuntos relacionados ao trabalho terá direito a reembolso de despesas de alimentação e pagamento de horas extras se extrapolar a jornada habitual de trabalho.

**Parágrafo Primeiro.** Caberá ao empregador arcar com todas as despesas decorrentes de viagens de trabalho, tais como transporte, hospedagem, alimentação e similares.



**Parágrafo Segundo.** Nos casos em que o trabalhador se utilizar de veículo próprio para fins de viagem a serviço do empregador, caberá reembolso equivalente ao Km rodado de acordo com tabela a ser definida pelo departamento financeiro da instituição.

#### **Cláusula 11ª – TRABALHO EXTERNO INTERMUNICIPAL**

O empregado será dispensado do cumprimento da sua jornada de trabalho restante quando executar trabalho externo intermunicipal, tais como o acompanhamento de remoção de pacientes e atividades análogas e estas finalizarem a menos duas horas do encerramento de sua jornada.

#### **Cláusula 12ª – ERRO NA FOLHA DE PAGAMENTOS**

Na ocorrência de erro na folha de pagamentos, o empregador efetuará a correção será realizada em 10 (dez) dias úteis, sob pena de pagamento de multa, conforme clausula sexta.

### **GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS**

#### **Cláusula 13ª – ADICIONAL DE HORA EXTRA**

Horas Extraordinárias - Concessão de 100% (cem por cento) de sobretaxa para horas extraordinárias prestadas pelo empregado.

**Parágrafo primeiro:** Os empregadores poderão adotar o sistema de Banco de Horas e/ou compensação de horas de natureza diversa, de maneira que, no caso do banco de horas, o excesso de horas trabalhadas em dia poderá ser compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de 12 (doze) meses, a contar da data do evento, a referida compensação.

**Parágrafo segundo:** Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho, ou após o decurso do prazo supra estabelecido, sem que tenha havido compensação integral da jornada extraordinária, o trabalhador fará jus ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão, ou do efetivo pagamento, observando-se os adicionais estabelecidos na presente norma coletiva.

**Parágrafo terceiro:** Em eventual pagamento de hora extra, será utilizado a carga horaria exercida por cada trabalhador.

**Parágrafo quarto:** Fica autorizado, independente do consentimento do trabalhador, o desconto da totalidade do banco de horas negativo na folha de pagamento e nas verbas rescisórias.

**Parágrafo quinto:** não haverá a descaracterização da jornada/escala de trabalho estipulada em razão da prática de horas extraordinárias, respeitados o regular pagamento e compensação/banco de horas.

#### **Cláusula 14ª – ADICIONAL NOTURNO**

Sem prejuízo das garantias estabelecidas em lei, será concedido Adicional Noturno de 45% sobre a remuneração habitual do empregado, para o trabalho realizado em escala noturna, considerando das 22 horas até as 05 horas.



### Cláusula 15ª – CESTA BÁSICA / VALE ALIMENTAÇÃO VA

Os empregadores concederão mensalmente a seus empregados uma cesta básica composta dos seguintes itens:

01- 1 Achocolatado em pó 350gr	Nescau
02- 3 Açúcar extra fino 01kg cada	Mirante/Santa Isabel/Globo
03- 2 Pacotes de arroz tipo 01 05kg cada	Raroz
04- 1 Biscoito C.Cracker 164gr	Triunfo
05- 1 Biscoito de Maisena 170gr	Bauduco
06- 1 Café á vacuo extra forte 500gr	Melita
07- 1Embalagem Plastica	
08- 1Seleta de Legumes Lata 170gr	Stella
09- 1 Molho de tomate Sache 300gr	Pomodoro
10- 1 Farinha de Trigo Especial 01kg	Nonita/Dlaura/Anniela
11- 3 Feijão Carioca Tipo 1 01kg cada	Solito
12- 2 Leite em pó integral 200gr cada	Piracanjuba
13- 1 Macarrão Espaguete Semolado500gr	Azul/Galo
14- 1 Macarrão Penne Semola 500gr	Dona Benta
15- 1 Maionese Sache 200gr	Saude/Soya
16- 1 Milho de pipoca 400gr	Kisabor
17- 2 Oleo de Soja 900ML cada	Vila Velha/Cocamar/Saude/Vitaliv
18- 1 Sal Refinado 01kg cada	Veneza/Nobre/Master
19- 1 Mistura para bolo sabores 390gr	Itaquara/Apti
20- 1 Chocolate Wafer ao leite 102gr	Hersheys

Peso da cesta :24.330

**Parágrafo Primeiro** - Durante a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho, os produtos da cesta básica deverão manter o mesmo padrão de qualidade e, caso se verifique deterioração da qualidade, o empregador deverá promover a substituição de todas as cestas concedidas por outras de qualidade compatível.

**Parágrafo Segundo** - O benefício da cesta básica é extensivo aos trabalhadores afastados por um período de 06 (seis) meses. Em situações críticas poderá se abrir discussão na extensão do prazo, juntamente com acompanhamento do Sindicato profissional.

**Parágrafo Terceiro** – Quando houver solicitação por parte do trabalhador, a cesta básica poderá ser substituída por ticket-cesta ou vale cesta, no valor de R\$200,00 (duzentos reais).

**Parágrafo Quarto** – Em caso de substituição de cesta para cartão ou de cartão para cesta, o trabalhador deverá realizar a solicitação de próprio punho, com antecedência de 60 (sessenta) dias, para a mudança.

**Parágrafo Quinto** – Para os trabalhadores não associados ao sindicato a concessão do benefício ficará condicionada a ausência de faltas ao trabalho justificadas ou não.

**Parágrafo Sexto** – as cestas básicas serão entregues até o dia 20 de cada mês, cabendo ao



empregado a responsabilidade de retirá-la dentro do prazo, sob pena de perdê-la.

#### **Cláusula 16ª – VALE-TRANSPORTE**

Os empregadores concederão aos seus empregados vale transporte, na forma da lei.

#### **Cláusula 17ª – AUXÍLIO-FUNERAL**

Em caso de falecimento do empregado, o empregador pagará à família uma indenização equivalente a 02 (dois) salários do "de cujus". Para os empregados não associados ao sindicato e 03 (três) salários para os associados do sindicato. Se a morte ocorrer em consequência de acidente típico de trabalho, doença do trabalho ou doença profissional a indenização será dobrada.

**Parágrafo único:** A família terá direito de receber o valor da indenização dentro do prazo para o pagamento das verbas rescisórias (art. 477, §6º, da CLT).

#### **Cláusula 18ª – BERÇÁRIO-CRECHE**

Os empregadores concederão aos filhos das empregadas mães ou ao pai que comprovarem a guarda judicial dos filhos, com idade de até 05 anos e 11 meses e 29 dias, berçário e creche nas imediações do estabelecimento, mediante serviço próprio ou por meio de convênios com entidades privadas.

**Parágrafo Único.** O benefício berçário-creche poderá ser substituído por vale-creche no valor de 20% (vinte por cento) de um salário mínimo da categoria por mês e por filho para os associados do sindicato. Aos demais será aplicado 10% (dez por cento).

#### **Cláusula 19ª – ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**

A todos os funcionários representados pelo Sindicato Suscitante, em exercício em condições insalubres, como dispõe a NR-32, será pago adicional de insalubridade, calculado sobre o salário mínimo normativo.

**Parágrafo primeiro.** Na hipótese do valor acima sofrer defasagem com referência ao salário mínimo nacional, deveáa sempre ser aplicado o maior valor.

#### **Cláusula 20ª – PLANTÃO À DISTÂNCIA**

As empresas remunerarão os funcionários que estiverem de sobreaviso (plantão à distância), com adicional de 15% (quinze por cento) sobre a hora "em disponibilidade" e 100% (cem por cento) sobre a hora normal efetivamente trabalhada.

**Parágrafo Único.** O regime de sobreaviso deverá ser objeto de escala por parte da direção da empresa.

#### **Cláusula 21ª MENSALIDADES SINDICAIS**

Obrigatoriedade de recolhimento das contribuições (mensalidades sindicais) descontadas dos associados, em consonância com os artigos 545 e seu parágrafo único, sob as penas previstas no artigo 553, da CLT, conforme legislação vigente.

**Parágrafo único:** Para fins deste acordo coletivo, os associados ao Sindicato por intermédio de outro vínculo empregatício deverão comprovar tal condição a cada 03 meses ao setor de RH.



### **Cláusula 22ª COTA DE PARTICIPAÇÃO NEGOCIAL**

A empresa descontará de seus empregados não-associados a entidade sindical profissional, representados por este sindicato, a título de participação nas negociações coletivas, uma contribuição no percentual total de R\$ 100,00 (cem reais). O valor será dividido em duas parcelas iguais de R\$ 50,00 (cinquenta reais), com vencimento nos meses de agosto e setembro de 2025. O repasse será feito via boletos bancários emitidos pelo sindicato. O pagamento de cada parcela deverá ocorrer até o dia 10 dos meses em referência. Após essas datas haverá penalidades, conforme esta norma coletiva.

**Parágrafo primeiro** – Relação dos empregador. Até julho de 2025, a empresa enviará ao sindicato profissional a lista dos empregados abrangidos a ela vinculados.

**Parágrafo segundo** – Direito de oposição. O empregado poderá se opor ao desconto em até 10 (dez) dias corridos após a assinatura do acordo coletivo, mediante carta manuscrita individual, contendo:

- Nome completo e CPF;
- Endereço completo;
- Empresa onde trabalha;
- Telefone e e-mail.

A carta de oposição deverá ser entregue pessoalmente na sede do sindicato, com protocolo (vedado e entrega por terceiros e o envio coletivo), ou via correios com AR. O sindicato informará a empresa em tempo hábil, os nomes dos que apresentarem a oposição, para que não sofram o desconto.

**Parágrafo terceiro** – Garantia de Liberdade de Manifestação. É garantida aos trabalhadores, total liberdade para contribuir ou não com a Cota de Participação Negocial, sendo proibida qualquer forma de coação, ameaça ou interferência por parte da empresa ou terceiros. Qualquer tentativa de impedir ou constranger esse direito será considerada prática antissindical, sujeita às sanções legais, conforme artigo 8º da Constituição Federal e normas internacionais ratificadas pelo Brasil.

## **CONTRATO DE TRABALHO ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES**

### **Cláusula 23ª – ANOTAÇÕES NA CARTEIRA DE TRABALHO**

Os empregadores ficam obrigados a promover as anotações na Carteira Profissional do cargo efetivamente exercida pelo empregado.

### **Cláusula 24ª – CARTA AVISO**

No caso de despedimento por justa causa, os empregadores entregarão aos empregados carta-aviso indicando qual o motivo real da dispensa, sob pena de presunção de dispensa imotivada.

### **Cláusula 25ª – CARTA DE APRESENTAÇÃO**

Os empregadores fornecerão aos empregados demitidos sem justa causa, carta de apresentação, que lhes será entregue no ato da homologação da rescisão contratual, quando solicitada pelo empregado.



**Cláusula 26ª – AVISO PRÉVIO**

Ao empregado demitido sem justa causa o aviso prévio será de 30 dias, com o acréscimo de dias, em cumprimento à Lei nº 12.506/2011, com aplicação a partir do primeiro ano do contrato.

**Parágrafo Primeiro** - Os primeiros 30 (trinta) dias do aviso prévio serão trabalhados, se assim desejar o empregador. Os dias excedentes a 30 (trinta) serão sempre indenizados.

**Parágrafo Segundo** - O empregado demitido fica dispensado do cumprimento do aviso prévio quando comprovar a obtenção de novo emprego.

**Parágrafo Terceiro** - No início do período do aviso prévio o empregado poderá optar pela redução de duas horas no começo ou no final da jornada de trabalho, sem prejuízo da escala.

**Parágrafo Quarto** - O aviso prévio proporcional na forma da Lei 12.506/2011, não será aplicado em caso de pedido de demissão.

**Cláusula 27ª – INDENIZAÇÃO POR RETENÇÃO DA CARTEIRA DE TRABALHO**

Será devida ao empregado a indenização legal, pela retenção de sua carteira profissional, após o prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

**Cláusula 28ª – CURSOS PROFISSIONALIZANTES**

Os empregadores custearão cursos de formação profissional e/ou aperfeiçoamento, no mínimo de um curso anual para cada empregado, dentro de suas possibilidades, realizado em entendimento com a entidade sindical representativa dos seus empregados.

**Cláusula 29ª – HOMOLOGAÇÃO**

A liquidação dos direitos trabalhistas, resultantes de rescisão do contrato de trabalho, deverá ser efetivada nos prazos previstos em lei, devendo o empregador fornecer por escrito, no decurso do aviso prévio, a data da homologação da rescisão do contrato de trabalho.

**Cláusula 30ª – CONTRATO DE EXPERIÊNCIA E READMISSÃO**

Readmitido o empregado na função que exercia não será celebrado novo contrato de experiência, desde que cumprido integralmente o anterior.

**RELAÇÕES DE TRABALHO**

**CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES**

**Cláusula 31ª – FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Os empregadores fornecerão gratuitamente aos empregados todo o material indispensável ao exercício de suas atividades profissionais.

**Cláusula 32ª – GARANTIA DE EMPREGO À GESTANTE OU LACTANTES**

Será assegurada à empregada gestante licença de 120 (cento e vinte dias) e estabilidade de 60 (sessenta) dias após o retorno ao trabalho da licença- maternidade, inclusive no caso do ou por prazo determinado.



**Parágrafo Único** - A empregada gestante ou lactante será afastada, enquanto durar a gestação e a lactação, de quaisquer atividades, operações ou locais insalubres, conforme art. 394-A da CLT, inserido pela Lei nº 13.467/2016.

**Cláusula 33ª – GARANTIA DE SALÁRIOS E CONSECTÁRIOS**

Ficam garantidos salários e consectários ao empregado despedido sem justa causa, de 30 (trinta) dias, a contar da data da assinatura do presente instrumento coletivo de trabalho.

**Parágrafo Único.** Em caso de descumprimento do caput da presente cláusula caberá multa equivalente ao último salário do trabalhador.

**Cláusula 34ª – EMPREGADO COM IDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOMILITAR**

Garantia de emprego ao funcionário em idade de prestação de serviço militar, desde seu alistamento e, se incorporado, até 30 (trinta) dias após o desligamento da unidade em que serviu, além do aviso prévio previsto na CLT, extensiva ao que estiver servindo o tiro de guerra.

**Parágrafo Único.** Havendo coincidência entre o horário da prestação de serviço militar e do tiro de guerra com o horário de trabalho, o empregado não sofrerá o desconto do descanso semanal remunerado (DRS) e feriados respectivos em razão das horas não trabalhadas por esse motivo. A estes empregados não será impedida a prestação de serviços no restante da jornada.

**Cláusula 35ª – GARANTIA AO EMPREGADO EM VIAS DE APOSENTADORIA**

Fica garantido emprego e salários ao empregado que possua mais de um ano de contrato de trabalho e a menos de dois anos, ou 24 (vinte e quatro) meses, da aposentadoria proporcional, integral, ou especial, desde que haja comunicação por escrito ao empregador.

**Parágrafo Primeiro** – Se o empregado contar com 5 (cinco) anos ou mais de serviços prestados à mesma empresa, a estabilidade será de 36 (trinta e seis) meses.

**Parágrafo Segundo** – Para obtenção de tais garantias, o trabalhador deverá informar a empresa, por escrito, que encontra-se em período de pré – aposentadoria e comprovar tal condição em até 30 (trinta) dias, contados de eventual aviso de dispensa imotivada.

**Parágrafo Terceiro.** A garantia estabelecida na presente cláusula não se aplica nos casos de dispensa por justa causa e pedido de demissão.

**Cláusula 36ª – ALIMENTAÇÃO**

Os empregadores fornecerão gratuitamente lanche aos empregados que laboram em jornada noturna, e café da manhã a todos seus empregados.

**Cláusula 37ª – VESTIÁRIOS E REFEITÓRIOS**

A empresa manterá, no local de trabalho, na forma e condições estabelecidas na NR-32, vestiários e refeitórios.

**Cláusula 38ª – DESIGUALDADES SALÁRIOS E OPORTUNIDADES**

Não haverá desigualdade salarial e de oportunidades, inclusive de admissão ao trabalho, por



motivo de sexo, raça, orientação sexual, religião, convicções políticas ou filosóficas.

## JORNADA DE TRABALHO

### DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS E SIMILARES

#### **Cláusula 39ª – JORNADA ESPECIAL DE TRABALHO**

Para os empregados abrangidos pelo presente Acordo Coletivo de Trabalho, fica estabelecida jornada especial de trabalho de 12x36 (doze horas de trabalho, com intervalo de uma hora para refeição, por trinta e seis horas de descanso), com 2 folgas (duas folgas) mensais, não podendo tais folgas ser concedidas em dias já compensados, ou, ainda, o pagamento das horas extras correspondentes, conforme escala de trabalho estabelecida pelo empregador;

**Parágrafo Único** - Admite-se a jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, sendo a jornada cumprida de segunda a sexta-feira, com compensação em sábados, ou outra escala a critério do empregador. Não haverá trabalho em domingos e feriados, admitindo-se, contudo, desde que haja folga compensatória ou pagamento de hora extra.

#### **Cláusula 40ª – AMAMENTAÇÃO**

Fica assegurado às trabalhadoras e pais homo afetivos que realizaram adoção, sem prejuízo de salário, período para a amamentação de 60(sessenta) minutos, devendo este ser utilizado em 02(dois) períodos de 30(trinta) minutos, até o filho completar 06 meses de idade.

**Parágrafo Único** - Para cumprimento do período de amamentação descrito no parágrafo primeiro, desde que não sejam ultrapassados 60(sessenta) minutos diários, faculta-se às empregadas cumular duas opções dentre as alíneas “a” a “c” ou somente adotar uma alínea “d” ou “e”:

- a) iniciar o expediente 30 (trinta) minutos mais tarde ou;
- b) atrasar o retorno do horário de refeição e descanso em 30 (trinta) minutos ou;
- c) encerrar sua jornada com 30(trinta) minutos de antecedência;
- d) iniciar o expediente 01 (uma) hora mais tarde;
- e) encerrar a jornada 01 (uma) mais cedo

#### **Cláusula 41ª – AUSÊNCIA JUSTIFICADA**

Os empregados poderão ausentar-se do trabalho sem prejuízo dos salários, nos seguintes casos:

- a) Por 05 (cinco) dias consecutivos, em virtude de morte de filho, cônjuge, irmão ou ascendente, inclusive padrasto, madrasta, companheiro ou companheira,
- b) Por 02 (dois) dias no falecimento de sogro ou sogra;
- c) Por 07 (cinco) dias consecutivos, em virtude de casamento;
- d) Por até duas vezes por semestre para acompanhar filhos de até 12 (doze) anos de idade em consultas médicas e/ou odontológicas ou internações .Quandoo casal trabalhar no mesmo empregador, o benefício se aplicara apenas a um dos cônjuges.

#### **Cláusula 42ª – FERIADO DA CATEGORIA**



Será considerado feriado para todos associados deste sindicato o dia 12 de maio, data em que se comemora o "Dia do Empregado em Estabelecimentos de Serviços de Saúde", na base territorial do Sindical Profissional conveniente.

**Parágrafo Primeiro.** Tendo em vista a natureza da atividade da saúde, fica assegurada e permitida a prestação de serviços nesse dia mediante escala prévia elaborada pelo empregador e científica ao trabalhador.

**Parágrafo Segundo.** Será garantida a concessão de folga relativa ao feriado da categoria da saúde previsto nesta cláusula, a todos os empregados associados ao sindicato, independentemente de o dia 12 de maio recair em feriados, sábados e domingos não trabalhados, folgas ou dias já compensados.

**Parágrafo Terceiro.** A compensação prevista nos §§ primeiro e segundo acima observará escala prévia elaborada pela administração da empresa, que deverá ser efetivada até 30 de dezembro do ano do feriado.

**Parágrafo Quarto.** Nos casos em que a concessão posterior da folga for absolutamente impossível, fica assegurado aos empregados que trabalharem no dia 12 de maio o recebimento das horas trabalhadas como extras, com os acréscimos previstos em lei e neste instrumento coletivo de trabalho, admitindo-se, também, a hipótese de compensação de horas.

#### **Cláusula 43ª – INTERRUPÇÕES DO TRABALHO**

As interrupções do trabalho de responsabilidade do empregador ou decorrentes de caso fortuito ou força maior no local de trabalho não poderão ser descontadas ou compensadas posteriormente dos trabalhadores.

#### **Cláusula 44ª – CURSOS E REUNIÕES OBRIGATORIOS**

Quando realizados fora do horário normal de trabalho, os cursos, treinamento, reuniões e outros eventos obrigatórios exigidos pelo empregador terão seu tempo remunerado como trabalho extraordinário, com os acréscimos previstos em lei e neste instrumento coletivo de trabalho.

#### **Cláusula 45ª – FÉRIAS**

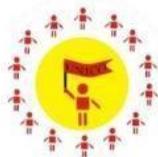
O início das férias não coincidirá com sábados, domingos e feriados ou dias já compensados, devendo ser fixado a partir do primeiro dia útil da semana, sendo que o seu pagamento e do terço constitucional será efetuado antes de seu início.

**Parágrafo Primeiro** - Na jornada de trabalho 12x36 as férias iniciaram sempre no primeiro dia útil de cada mês não podendo coincidir com dias de descanso do trabalhador.

**Parágrafo Segundo** – Em casos de início de férias fora da data estabelecida acima abre-se discussão sobre as necessidades, juntamente com o sindicato profissional.

#### **Cláusula 46ª – LICENÇA ADOÇÃO**

Os empregados terão direito à licença adoção legal de crianças, na forma da Lei nº 10.421/2002.



#### **Cláusula 47ª – LICENÇA PATERNIDADE**

Os empregadores concederão aos empregados, após o nascimento ou adoção de filho(a), a licença será de sete dias corridos, a partir da data de nascimento ou adoção.

### **SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR**

#### **Cláusula 48ª – FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO**

As empresas são responsáveis pela adoção e uso das medidas coletivas e individuais necessárias de proteção e segurança da saúde dos trabalhadores, prestigiando as primeiras, que visam à prevenção de acidentes e doenças ocupacionais.

**Parágrafo Primeiro.** Em consonância com o disposto na NR32 os empregadores fornecerão gratuitamente aos empregados todos os equipamentos de proteção necessários ao exercício seguro de suas funções e os substituirão conforme os prazos de validade.

**Parágrafo Segundo.** A orientação do uso adequado dos EPIs e sua fiscalização são de responsabilidade do empregador.

**Parágrafo Terceiro.** Cabe ao empregador prestar informações pormenorizadas sobre os riscos das operações a serem executadas e dos produtos manipulados pelos trabalhadores.

**Parágrafo Quarto.** O simples fornecimento dos EPIs pelo empregador não o exime do pagamento dos respectivos adicionais de insalubridade ou periculosidade, cabendo-lhe tomar as medidas que conduzam à diminuição ou eliminação da nocividade dos agentes, dentre as quais as relativas ao uso efetivo dos equipamentos pelo empregado e ao correto e constante treinamento destes.

**Parágrafo Quinto.** Em consonância com o § 4º do art. 19 da Lei 8.213/91 cabe aos Sindicatos e demais órgãos representativos dos trabalhadores acompanhar o fiel cumprimento do disposto nesta cláusula,

#### **Cláusula 49ª – FORNECIMENTO DE UNIFORMES**

Em consonância ao disposto pela NR32, os empregadores quando exigir fornecerão gratuitamente aos empregados os uniformes e outras peças de vestuário exigidas para o exercício de suas funções.

#### **Cláusula 50ª – GARANTIAS AOS MEMBROS DA CIPA**

Aos cipeiros (titulares e suplentes) são asseguradas as mesmas garantias previstas em lei e disciplinadas pela NR-32. As eleições da CIPA deverão contar, necessariamente, com a participação do Sindicato Profissional em todo o seu processo.

#### **Cláusula 51ª – EXAMES**

Exames médicos de admissão e dispensa serão custeados pelos empregadores, na forma da lei.

**Parágrafo Primeiro** - Cabe aos empregadores renovar periodicamente o exame médico de seus empregados, na forma da legislação vigente.



**Parágrafo Segundo** - Os exames periódicos serão realizados durante o expediente de trabalho do funcionário, salvo em caso de absoluta impossibilidade,

#### **Cláusula 52ª – ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS**

Em vista dos princípios da boa-fé e da lealdade nas relações de trabalho, bem como da fé pública inerente aos profissionais clínicos, o empregador reconhecerá os atestados médicos, odontológicos e psicológicos apresentados por seus empregados, no prazo de 48 horas da emissão do mesmo, salvo quando houver fundado receio de invalidade, podendo o mesmo ser entregue por meios eletrônicos em arquivo tipo PDF.

#### **Cláusula 53ª – ANTECIPAÇÃO EM CASO DE AUXÍLIO-DOENÇA**

Em caso de concessão de auxílio-doença ao empregado, a empresa antecipará 50% (cinquenta por cento) do salário de benefício a ser pago pelo órgão previdenciário nos primeiros 60 (sessenta) dias de afastamento, desde que seja feita solicitação pelo trabalhador por escrito até o 20º dia de afastamento.

**Parágrafo Único.** As antecipações poderão ser compensadas integralmente após o retorno do empregado ao serviço, mediante desconto em folha de pagamento ou nas verbas rescisórias, a critério do empregador.

#### **Cláusula 54ª – GARANTIAS AOS DIRIGENTES SINDICAIS**

Os membros da diretoria do sindicato profissional, sem prejuízo de seus salários e demais direitos decorrentes do contrato de trabalho, têm garantia de até 01(uma) ausência mensal ao trabalho para tratarem de assuntos sindicais, com a devida comprovação posterior perante o seu empregador.

#### **Cláusula 55ª – DIRIGENTE SINDICAL E A EMPRESA**

O Dirigente Sindical da respectiva base territorial, no exercício de sua função, desejando manter contato com empresa, terá garantido o atendimento, podendo, quando o assunto a ser exposto se referir à segurança, higiene e medicina do trabalho, fazer-se acompanhar de assessor técnico.

#### **Cláusula 56ª – DELEGADO SINDICAL**

Será assegurado o reconhecimento do Delegado Sindical no âmbito da empresa, sendo este indicado pelos trabalhadores em votação realizada em assembleia. O respectivo mandato com estabilidade, será nos moldes dos membros da CIPA.

#### **Cláusula 57ª – QUADRO DE AVISOS**

Afixação, pelo Sindicato Suscitante, de quadros de avisos no local da prestação de serviços, nos quais poderão ser fixados editais e outros comunicados de interesse do empregado

#### **Cláusula 58ª – FERIADOS**

Fica garantido que todos os feriados Nacionais, Estaduais e Municipais, quando trabalhados serão compensados como horas extras ou com folgas compensatórias dentro do respectivo mês, independente da jornada exercida pelo trabalhador.

**Parágrafo Único:** Na hipótese de antecipação do feriado advinda de autorização legislativa, admite-se o gozo da folga compensatória até o mês em que originalmente o feriado foi



constituído.

**Cláusula 59ª – JUÍZO COMPETENTE**

Fica estabelecido o foro da Justiça do Trabalho para dirimir quaisquer dúvidas sobre a aplicação das normas inscritas neste instrumento coletivo de trabalho.

**Cláusula 60ª – PRORROGAÇÃO**

O processo de prorrogação, revisão, renúncia ou revogação total ou parcial do presente Acordo Coletivo de Trabalho ficará subordinado ao disposto pelo artigo 615 da CLT.

Sorocaba, 09 de junho de 2025

SINSAUDE SOROCABA  
Milton Carlos Sanches

Amhe Med Assistência a Saúde Ltda  
Adriana Madia Duarte